



**Câmara Municipal de Bom Jardim**  
**RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.**  
**ANEXO V**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**



Documento Assinado Digitalmente  
Acesse em: [https://etce.tce.pe.gov.br/ppp/validar\\_documento.asp](https://etce.tce.pe.gov.br/ppp/validar_documento.asp)  
CPF: 039.6518.4c0b-97b4-c3d687edabc1

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período						Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou			
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa		
<b>0-Consignações (Subtotal)</b>	<b>1.215,03</b>	<b>568.377,89</b>	<b>567.948,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.215,03</b>	
Consignações – INSS	1.827,51	129.132,45	128.351,58	0,00	0,00	0,00	2.660,38	
Consignações – IR	901,86	149.944,95	149.944,95	0,00	0,00	0,00	1.803,72	
Consignações - ISS	275,76	55,00	55,00	0,00	0,00	0,00	550,76	
Consignações – Outras	2.979,82	265.763,79	266.115,01	0,00	0,00	0,00	2.683,60	
Consignações – Previdência Própria	-1.929,25	23.481,70	23.481,70	0,00	0,00	0,00	-1.929,25	
Consignações Empréstimos	-2.688,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.688,27	
Consignações Pensões Alimentícias	-152,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-152,40	
<b>Total</b>	<b>1.215,03</b>	<b>568.377,89</b>	<b>567.948,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.215,03</b>	



## Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)  
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
EXERCÍCIO: 2021

### a) Informações gerais

#### a.1. Nome da entidade

Câmara Municipal de Bom Jardim  
CNPJ: 12.048.963/0001-44

#### a.2. Domicílio da entidade

Rua Manoel Augusto, s/n  
Centro, Bom Jardim – PE  
CEP: 55730-000

#### a.3. Dados do gestor

Nome: Lenilson Santos de Lima  
Cargo: Vereador Presidente  
Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021

#### a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho  
CRC-PE nº 025898/O-0  
E-mail: [cristovam-filho@acpublica.com.br](mailto:cristovam-filho@acpublica.com.br)

#### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A Câmara Municipal de Bom Jardim concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Sua fonte financeira deriva dos créditos orçamentários constantes da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 e seus créditos adicionais ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, em obediência ao art. 168 da Constituição Federal, conforme dispõe o art. 29-A da Constituição Federal.

#### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector



## Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)  
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
EXERCÍCIO: 2021

Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

### **a.7. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:**

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Câmara Municipal de Bom Jardim - PE.

### **b) Resumo das políticas contábeis significativas:**

#### **b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

#### **b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentaria detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, deduções da receita corrente, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e déficit. Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.

#### **b.3. Bases de mensuração utilizadas**



## Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)  
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
EXERCÍCIO: 2021

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com art.35 da Lei no 4.320/64, e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentarias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.

### b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

### b.5. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

### b.6. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Câmara Municipal de Bom Jardim - PE

## c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

### c.1. Orçamento do município de Bom Jardim – Exercício de 2021

A receita orçamentária prevista para o exercício de 2021 foi de R\$ 0,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 3.301.800,00, assim distribuídas:

Lei Orçamentária			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	0,00	DESPESAS CORRENTES	3.141.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.301.800,00</b>

### c.2. Resultado da receita orçamentária

A receita apresenta um déficit orçamentário na ordem de R\$ 0,00, oriundos arrecadação de receita orçamentária.

### c.3. Resultado das despesas orçamentarias

A despesa orçamentária apresenta uma economia na ordem de R\$ 628.443,34 obtida através da diferença entre a despesa atualizada no montante de R\$ 3.301.800,00 e a despesa empenhada no valor de de R\$ 2.673.356,66.

### c.4. Demonstrativo de execução de restos a pagar não processados

O balanço orçamentário apresentou um montante com despesas empenhadas na ordem de R\$ 0,00 e despesas liquidadas no valor de R\$ 0,00 deixando inscrito em restos a pagar não processados a importância de R\$ 0,00.



## Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)  
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
EXERCÍCIO: 2021

### c.5. Demonstrativo de execução de restos a pagar processados

O balanço orçamentário apresentou um montante com despesas liquidadas na ordem de R\$ 0,00 e despesa paga no valor de R\$ 0,00 deixando inscrito em restos a pagar a importância de R\$ 0,00.

### d) Outras informações relevantes:

#### d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não foram reconhecidos no exercício, passivos contingentes nem compromissos contratuais.

#### d.2. Divulgações não financeira

Não há informações a serem apresentadas neste campo.

#### d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há informações a serem prestadas ou reconhecidas que possam afetar a compreensão do usuário no presente ou em operações futuras.

#### d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram realizados ajustes de exercícios anteriores em contas de consignados, visto que, os saldos registrados apresentavam a real situação de tais contas.

#### d.5. Restos a pagar processados e não processados

Não houve Restos a pagar processados e não processados

#### d.6. Depósitos e Consignações

Consignações INSS Pessoal do exercício de 2021 totalizaram R\$ 2.575,38. Houve um aumento de R\$ 747,87 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 1.827,51.

Consignações INSS PRESTADOR DE SERVIÇO do exercício de 2021 totalizaram R\$ 33,00. Houve um aumento de R\$ 33,00 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 0,00.

Consignações IRRF do exercício de 2021 totalizaram R\$ 901,86 que vem do exercício de 2020 que foi de R\$ 901,86.

Consignações ISS do exercício de 2021 totalizaram R\$ 275,76 que vem do exercício de 2020 que foi de R\$ 275,76.

Consignações CEF do exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.230,27.

Consignações Banco do Brasil do exercício de 2021 totalizaram R\$ -1.581,73.

Encargos Sociais do exercício de 2020 totalizaram R\$ 1.050,62.

Outros Consignatários do exercício de 2020 totalizaram R\$ 1.929,20.

Previdência Própria do exercício de 2020 totalizaram R\$ -1.929,25.

Retenções – Empréstimos e Financiamento do exercício de 2020 totalizaram R\$ -2.688,27.

Pensão Alimentícia do exercício de 2020 totalizaram R\$ -152,40.



## Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXERCÍCIO: 2021

Saldo para o exercício seguinte é de R\$ 1.644,68.

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo Atual
		Inscrição	Baixas	
<b>0-Consigitações</b>	<b>1.215,03</b>	<b>568.377,89</b>	<b>567.948,24</b>	<b>1.644,68</b>
<b>Consigitações – INSS</b>	<b>1.827,51</b>	<b>129.132,45</b>	<b>128.351,58</b>	<b>2.608,38</b>
000001 INSS Pessoal	1.827,51	126.547,45	125.799,58	2.575,38
000003 INSS Prestador	0,00	2.585,00	2.552,00	33,00
<b>Consigitações – IR</b>	<b>901,86</b>	<b>149.944,95</b>	<b>149.944,95</b>	<b>901,86</b>
000002 IRRF Pessoal	901,86	149.944,95	149.944,95	901,86
<b>Consigitações - ISS</b>	<b>275,76</b>	<b>55,00</b>	<b>55,00</b>	<b>275,76</b>
000008 ISS	275,76	55,00	55,00	275,76
<b>Consigitações – Outras</b>	<b>2.979,82</b>	<b>265.763,79</b>	<b>266.115,01</b>	<b>2.628,60</b>
000005 Consignado CEF	0,00	138.832,78	137.602,27	1.230,51
000006 Consignado Banco do Brasil	0,00	126.931,01	128.512,74	(1.581,73)
000010 Encargos Sociais - Outras Entidades	1.050,62	0,00	0,00	1.050,62
000012 Outros Consignatários	1.929,20	0,00	0,00	1.929,20
<b>Consigitações – Previdência Própria</b>	<b>(1.929,25)</b>	<b>23.481,70</b>	<b>23.481,70</b>	<b>(1.929,25)</b>
000004 Previdência Própria	(1.929,25)	23.481,70	23.481,70	(1.929,25)
<b>Consigitações Empréstimos</b>	<b>(2.688,27)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(2.688,27)</b>
000011 Retenções - Empréstimos e Financiamentos	(2.688,27)	0,00	0,00	(2.688,27)
<b>Consigitações Pensões Alimentícias</b>	<b>(152,40)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(152,40)</b>
000009 Pensão Alimentícia	(152,40)	0,00	0,00	(152,40)
<b>Total Geral</b>	<b>1.215,03</b>	<b>568.377,89</b>	<b>567.948,24</b>	<b>1.644,68</b>

**e) Saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa, que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.**

Inexiste valores em caixa e equivalentes sujeito a restrições e controle cambial.

**f) informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvem uso de caixa.**

Inexiste investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

### Apresentação e estruturação dos demonstrativos contábeis

Esta demonstração contábil foi elaborada com observância aos princípios contábeis vigentes, às convenções e os procedimentos específicos aplicados pela entidade em sua apresentação. Adotou o regime contábil da competência no trato com as despesas e o regime de caixa para as receitas, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e seus anexos. Requisitos mínimos das Notas Explicativas do Balanço Orçamentário da Res. TC nº 153/2021.

LENILSON SANTOS DE LIMA  
VEREADOR PRESIDENTE

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO  
Contador  
CRC-PE nº 025898/O-0